



FAMÍLIAS NEGRAS NO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL (1940-1960): MIGRAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO.

Maria do Carmo Moreira Aguiar ¹

Este texto tem como objetivo central analisar as relações de trabalho, tecidas no período de itinerância, de um grupo familiar descendente de escravos e residente no quilombo Rincão dos Caixões, localizado no município de Jacuizinho, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. O período de migrações do grupo inicia-se em meados de 1940 com a perda de parte do território anteriormente ocupado, inaugurando uma fase de extrema mobilidade, um deslocamento contínuo pela região em busca de postos de trabalho para recuperação da estabilidade perdida. Estas experiências de trabalho foram reconstituídas através de fontes orais, e, foram realizadas 30 entrevistas. A delimitação temporal focaliza-se em meados de 1940, momento da perda de parte do território do Sítio Novo/Linha Fão e 1960 quando a família fixou-se na área do quilombo Rincão dos Caixões. O período delimitado, no entanto, recua para o imediato pós-abolição, final do século XIX e início do século XX, uma vez que os relatos sobre as experiências de trabalho de seus pais e avós são recorrentes e nos remetem para este período, permitindo recuperar algumas experiências de trabalho destes sujeitos no pós-abolição. Ao fim do cativeiro, algumas famílias de libertos decidiram permanecer na fazenda onde foram escravos e continuaram a trabalhar para o proprietário na condição de agregados, desenvolvendo atividades ligadas à agricultura e recebendo pelos serviços prestados alguns víveres alimentícios.

Estes sujeitos se inseriram em uma trama de relações de trabalho, mas não se tornaram trabalhadores assalariados. Há uma ambiguidade nas relações de trabalho dessas famílias com os fazendeiros da região. O trabalho por eles desenvolvido não é proletarizado, mas também não é escravo, embora nas narrativas, a partir da percepção do trabalho compulsório, essa época seja caracterizada como “dos escravos”. Relações de trabalho não monetárias, pagamentos insuficientes ou inexistentes. Tais experiências de trabalho nos permite concordar com Peter Eisenberg² quando afirma que o fim da escravidão não nos levou a uma proletarização imediata da mão de obra.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.



A reconstituição dessas experiências de trabalho contribui para superarmos a dicotomia entre escravidão e liberdade, percebendo de forma mais acurada formas de trabalho compulsório no período de universalização do trabalho livre, no mesmo sentido em que Denise Moura³, e outros pesquisadores, encontraram formas de trabalho livre durante a vigência da escravidão.

Apresentando a família

O grupo familiar pesquisado reside atualmente no quilombo Rincão dos Caixões, situado no município de Jacuizinho/RS. A área deste quilombo foi doada em meados de 1960 por Régis Fiúza (um jovem proprietário da região) à Erocilda dos Santos Fernandes, matriarca do grupo familiar e fundadora desta comunidade. Após desterritorialização do primeiro território ocupado e alguns anos de itinerância pelas propriedades da região, Erocilda se territorializou pela segunda vez nesta área, hoje denominada quilombo Rincão dos Caixões. Este grupo familiar tem suas origens em outro território negro, denominado Sítio Novo/Linha Fão, localizado em Arroio do Tigre/RS. Neste local residiam, e ainda residem, várias famílias, em sua maioria, ligadas por laços de parentesco consanguíneo ou fictício.

É neste território de ocupação anterior que está a gênese do período de *diáspora* de vários grupos familiares. Há ramificações desta primeira família no quilombo de Júlio Borges, localizado em Salto do Jacuí/RS, e na comunidade de Rincão dos Caixões (foco de nossa pesquisa). Assim, os quilombolas de Rincão dos Caixões e de Júlio Borges, são em sua maioria, oriundos de famílias que perderam suas terras no Sítio Novo/Linha Fão. Configurando, a partir de ramificações, três núcleos familiares.

O quilombo Rincão dos Caixões está situado a 12 km do centro de Jacuizinho⁴. Para chegar, leva-se cerca de 20 minutos de carro por uma estrada de terra, que em dias de chuva fica intransitável. Em meio a extensas plantações de soja, tem-se uma paisagem estanque e interminável. Neste local, uma área íngreme e pedregosa, uma “borda”⁵ de terra comprimida entre a lavoura de soja de Idalino Vendrúsculo e o rio Caixões, que há pelo menos cinco décadas estabeleceu-se a

³ MOURA, Denise A. S. de. *Saindo das sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas:CMU, 1998.

⁴ Cidade localizada no Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

⁵ “Borda” e “recheio”; esses são os termos utilizados pelos quilombolas para caracterizar a terra, na qual “borda” seria a terra pouco fértil, ou de segunda mão e o “recheio” da terra às áreas mais produtivas.



comunidade. Convivem atualmente cerca de 20 famílias⁶ em uma área de aproximadamente 28 hectares.

A matriarca Erocilda Xavier dos Santos tem 73 anos e é neta do casal João Leocádio e Josefina, um dos casais fundadores do quilombo Sítio Novo/Linha Fão. Erocilda viveu nesta coletividade até se casar com Altidor José dos Reis, aos 17 anos. Altidor também é originário do Sítio Novo/Linha Fão. Após o casamento, o casal se mudou desta comunidade e, na companhia de Altidor, Erocilda migrou pelas propriedades da região oferecendo mão de obra até fixar-se na terra doada por Régis Fiúza em meados de 1960.

Erocilda se casou novamente, como ela afirma “de papel passado”, com Jorge Fernandes, também oriundo do Sítio Novo/Linha Fão. Ele é neto de Filomena Fernandes e, assim como os avós de Erocilda, também constituíram família no Sítio Novo/Linha Fão. A comunidade é formada por um grupo de parentesco cognático distribuído em vinte famílias, de dezesseis filhos de Erocilda (onze vivos, quatro falecidos e um desaparecido). Cinco filhos são do casamento com Altidor José dos Reis, e onze filhos do segundo casamento, com Jorge Fernandes. A família conta, ainda, com cinquenta e nove netos e vinte nove bisnetos⁷.

No quilombo Rincão dos Caixões as plantações de milho, mandioca e amendoim se espalham pela área que não possui cercamento. O sistema de produção interno se constitui de maneira coletiva. O plantio e a colheita são realizados entre um trabalho e outro, uma vez que boa parte destas famílias não consegue tirar da terra o necessário para a sobrevivência. A renda se completa com trabalhos sazonais nas lavouras de soja ou em pedreiras do entorno. Tanto o plantio quanto a colheita nas roças são realizados por meio de “puxirões” (trabalho conjunto). Estes “puxirões” são tidos como uma prática comum de auxílio mútuo entre membros do quilombo Rincão dos Caixões. Assim, a prosperidade das roças baseia-se, sobretudo, na união e coletividade do grupo.

É importante lembrar que estamos lidando com um modelo peculiar de apropriação do espaço: o “não-cercamento”. De acordo com Ellen Wood, o cercamento dos campos foi o símbolo

⁶ Este número de famílias foi verificado em 12 de novembro de 2011.

⁷ Informação colhida em 2008, e retirada do Relatório sócio-histórico e antropológico da comunidade. Disponível em: Coordenação de Projetos Especiais da 11ª Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relatório Final (Decreto Nº 4.887/2003 E In/Incrá Nº 20/2005) Comunidade Quilombola Do Rincão Dois Caixões – Jacuizinho/RS*. SALAINI, Cristian Jobi; OLIVEIRA, Vinícius Pereira de; FONTOURA, Luiz.



da privatização de propriedades, outrora coletivas, no início da Idade Moderna⁸. E essas comunidades negras rurais, com práticas coletivas, seguem um tanto na contramão da visão capitalista. As formas de cultivo somadas às formas particulares de trabalho, compartilhadas pelo grupo, aproximam este universo empírico àquilo que Almeida nomeou de “terras de preto”⁹. Os moradores do quilombo possuem como um dos elementos agregadores de sua cultura o cultivo de ervas e as hortas. As ervas cultivadas pelas famílias, os chás com propriedades curativas e o fato de Erocilda ter sido uma requisitada parteira, são algumas das inúmeras práticas culturais cotidianas desenvolvidas pelo grupo.

As casas distribuídas pelo território seguem um ordenamento instituído pela matriarca, que também decide quem pode morar na comunidade. A casa desta, por sua vez, está situada no ponto central do território. A residência é mista e possui alguns cômodos de madeira e outros de tijolos. Na sala, um sofá e a sua cadeira predileta, estrategicamente colocada em um local que lhe permite a visão, ainda que parcial, da área de plantio da comunidade. De sua varanda Erocilda observa os passos de todos e aciona os netos para darem instruções quando necessário. Ela institui, ainda, os códigos que regem o convívio em família, o trabalho, os casamentos e as relações do grupo com o entorno. Erocilda é a imagem de referência moral, afetiva, política e territorial, e nestas referências atribuídas à fundadora manifesta-se a matricentralidade¹⁰ existente nas relações de parentesco da comunidade.

A expropriação do território anteriormente ocupado

A região do planalto Médio do Rio Grande do Sul foi palco de conflitos e expropriações fundiárias ainda no século XIX. Nos anos finais deste século as melhorias nas redes de transporte e

⁸ WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 77.

⁹ “Terras de Preto” são terras doadas, entregues ou adquiridas por comunidades negras após a abolição e na desagregação do latifúndio ou extensões que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário com apropriação comum dos recursos. Ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. In: Revista *Humanidades*, Brasília, UnB, N° 15, 1988, pp. 42-48.

¹⁰ Andréa de Souza Lobo, em sua Tese de Doutorado sobre a organização familiar, focada na emigração feminina e nos rearranjos estruturais que ela desencadeou na Ilha da Boa Vista em Cabo Verde, afirma que a matricentralidade pode ser caracterizada pela centralidade feminina e ausência relativa do homem, priorização dos laços consanguíneos dentre outros. LOBO, Andréa Souza de. *Tão longe, tão perto, Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista. Cabo Verde*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social- Universidade de Brasília, 2006. (Tese de Doutorado) disponível em: [\[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2968/1/2007_AndreadeSouzaLobo.PDF\]](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2968/1/2007_AndreadeSouzaLobo.PDF) - acesso em 10 de julho de 2011.



a construção da ferrovia ligando São Paulo a Rio Grande impulsionaram o início do processo de imigração para região, contribuindo para o comércio e valorização das terras. Esta imigração para região desencadeou um processo de desapropriação dos antigos ocupantes, gerando diversos conflitos.

Já no século XX e ao longo da Primeira República, estes conflitos fundiários se proliferaram e, entre as décadas de 1950 e 1960, houve o redimensionamento da distribuição das terras no campo devido, sobretudo à ampliação dos empreendimentos capitalistas no cultivo do trigo e também à crise vivida pela pequena propriedade. Neste período a compra e venda de imóveis já era uma realidade, assim como a especulação imobiliária, fazendo com que pequenas e médias propriedades se tornassem objeto de negócios para pequenos proprietários e/ou capitalistas da agricultura

No decorrer deste processo dá-se a expropriação de parcelas de terras dos pequenos proprietários e a expulsão das áreas de terceiros, dos camponeses que nela encontraram um local para plantio. É importante considerar ainda a pressão econômica e extraeconômica impostas àqueles que resistiam à expropriação pura e simples. Essas áreas expropriadas, pouco produtivas aos olhos dos empreendedores capitalistas, são transformadas em áreas de cultivo de grãos destinados ao mercado internacional.

Em meio a estes conflitos fundiários, estava a comunidade do Sítio Novo/Linha Fão, um grupo negro descendente de escravos que reside em área doada informalmente nos anos iniciais do século XX por Pedro Simão. Pedro Simão era padrinho de Nair, outra neta de Josefina e Leocádio, e, antes de se mudar para o Paraná teria doado informalmente a terra onde parte do grupo reside. Não sabemos qual a intenção de Pedro Simão ao doar a terra para esse grupo negro, porém cabe lembrar que a prática de conceder pequenos lotes ou áreas nas extremidades da propriedade para que agregados estabelecessem “postos” foi recorrente durante a escravidão como também em períodos posteriores.

Para Zarth, essa prática consistia em um mecanismo de defesa das áreas limítrofes da fazenda, e no fornecimento de mão-de-obra barata e alimentos¹¹. Nesta direção, Eisenberg afirma que aos proprietários era interessante a manutenção de uma população dependente em suas propriedades, esse contingente poderia ser utilizado tanto para fins econômicos, sociais, político e, por vezes, até militares. Os grandes proprietários lançavam mão de vários mecanismos. Eles

¹¹ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997, p.169



usavam até os “vínculos patrimoniais para prender o elemento nacional que em troca gozava de relativa estabilidade de suas condições de vida, a acomodação encontrada no plano econômico-social”¹².

Neste sentido, Castro afirma que doações de terras ou sua venda a preços irrisórios para os libertos foi uma estratégia utilizada pelos senhores para ascender moralmente sobre seus escravos e criar um corpo de dependentes, sobretudo em momentos finais da escravidão cujo temor era de uma possível falta de trabalhadores desencadeada pela crise do sistema escravista¹³. Para os negros, o que estava em jogo, era a utilização desses laços para melhorar a sua própria situação, possuir ligações com os influentes proprietários poderia ser um importante passo para a estabilidade do acesso a terra, proteção e ascensão social, confluindo na busca de autonomia e reconhecimento.

Voltando aos conflitos fundiários, ressaltamos que estamos lidando com dois estilos de vida, com grupos de indivíduos com interesses distintos, evidenciados na narrativa de Erocilda; “Aqui eu plantava o que comer. Pra comer, eles... A planta deles era o trigo e a soja, mas eu não, eu nem plantei trigo, nem trigo, não plantei, eu plantava milho, mandioca, batata-doce”¹⁴. E, quando estes dois modos de vida e cultura se encontram, a posse do território enquanto meio de sobrevivência entra em conflito com a posse com vistas ao mercado. Entre os anos de 1940 e 1960, o grupo negro teve a área habitada drasticamente diminuída, devido ao avanço da fronteira agrícola.

De acordo com Woortmann, a migração é parte da prática de reprodução dos camponeses e não apenas uma recorrência do esgotamento de terras disponíveis¹⁵. Porém, a saída de algumas famílias deste primeiro território ocupado não foi espontânea. As famílias foram submetidas a um processo de expulsão e levadas à itinerância, que ocorreu de duas formas: expulsão direta através de manobras fraudulentas em cartório (no momento das medições e cadastramento territoriais), atos de violência física e invasões armadas às propriedades; ou indireta, devido ao esgotamento da área da comunidade.

¹²Entretanto, havia gente livre que não se prendia por esses laços patrimoniais. EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989. p.234.

¹³ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹⁴ Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinícius Pereira de Oliveira.

¹⁵ WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 217.



Esta diminuição da terra, um dos elementos centrais para a reprodução deste campesinato negro, aliada ao bloqueio pela cerca para o acesso as áreas de mato, que eram utilizadas para retirada de lenha, madeira e ervas, inviabilizou a manutenção do modo de vida deste grupo negro, conforme relata Gino: “O Libinho esse [...] o cara tomou terra, tomou tudo dos miseráveis... E ainda além de pegar, ele pegava e fechava as terras e fazia fechar pra eles. Fazia fazer cerca pra eles ainda, sabe...”¹⁶. Devido às expulsões, diretas ou indiretas, algumas famílias transformaram-se em itinerantes e em um período indeterminado de tempo migraram pelas propriedades da região oferecendo mão de obra. Mesmo considerando que as experiências específicas sempre levam em conta uma série de fatores como contexto e tipo de trabalho que variam de região para região, dentre outros, aproximamos a trajetória do grupo ao que Mattos e Rios, em estudo sobre os descendentes da última geração de escravos do Vale do Paraíba, denominaram de *campesinato negro itinerante*¹⁷.

O número de famílias que se deslocaram do Sítio Novo/Linha Fão é incerto. Concentramos nossos esforços para reconstituir as relações de trabalho de dois núcleos que residem atualmente no quilombo Rincão dos Caixões, cujos principais protagonistas são: Erocilda (fundadora e matriarca do referido quilombo), Valentin da Silva de 65 anos, também oriundo do Sítio Novo/Linha Fão, filho do casal Ana Pantaleão e João Oscar, casado com Almeri dos Santos de 60 anos, uma das filhas de Erocilda. Reconstituímos ainda as relações de trabalho de Altidor primeiro marido da matriarca, e também lançamos nossos olhares para os familiares residentes no quilombo Júlio Borges.

De acordo com as narrativas do grupo, algumas famílias foram expulsas do Sítio Novo/Linha Fão por funcionários armados de um proprietário do entorno, que estava expandindo sua área para o plantio de trigo. Erocilda saiu do Sítio Novo/Linha Fão após seu casamento, devido à falta de espaço para constituir a nova família. Valentin, por sua vez, protagonizou os dois tipos de saída. Em

¹⁶ Entrevista concedida por Gino dos Santos em 26 de abril de 2008 à Cristian Jobi Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

¹⁷ Mattos e Rios, em estudo sobre a vida da última geração de libertos que viveram na região sudeste do Brasil informam que no período pós-abolição foi concluída a legislação que dificultou o acesso à terra pelos recém libertos. Taxas territoriais foram criadas e o Estado passou a demarcar as terras devolutas, os situantes sem título de propriedade foram considerados ilegítimos, dando início ao processo de expropriação de terras que foram adquiridas, em muitas ocasiões, através da compra informal. A partir da década de 1890, e após a Lei de Terras, a venda informal desapareceu e os impostos territoriais comprometeram a herança das pequenas propriedades. Com a perda do título das terras, famílias de ex-escravos passaram a se deslocar constantemente formando uma massa de trabalhadores sazonais, dando início a um período de extrema mobilidade, violência e privações. A essa massa migratória, Rios deu o nome de *campesinato itinerante*. MATTOS E RIOS, 2005, p.182.



um primeiro momento sua família saiu devido à ausência de infraestrutura para manutenção do modo de vida do grupo, retornando anos mais tarde. Porém, os membros da família não ficaram muito tempo, pois a área que habitavam foi posta em nome de um proprietário do entorno, através de uma manobra fraudulenta no ato da medição, em que a família foi impelida a entregá-la. Mediante a esses mecanismos de pressão econômica e/ou social, muitas famílias foram forçadas a se desfazerem de suas terras, por valores irrisórios tais como tecidos, banha e outros víveres. A perda do território teve um triplo impacto para esta comunidade, eles não só tiveram que se submeter a instáveis relações de trabalho do campo, como também perderam uma fonte de gêneros alimentícios de subsistência e comprometeram a transmissão de herança dessas pequenas propriedades para os seus descendentes. Com essa desterritorialização inicia-se um período de extrema mobilidade, um deslocar-se contínuo dessas famílias pela região em questão. Um período de extrema mobilidade e de dificuldades de se fixar no território como “parceiros” ou posseiros estáveis como veremos a seguir.

Trabalho e itinerância

No grupo de famílias pesquisadas, as relações de trabalho estabelecidas no período de andarilhagens não são homogêneas. Algumas famílias tiveram no deslocamento contínuo em busca de uma colocação, a única alternativa para sobrevivência, e, estas andarilhagens transformaram-se no traço mais marcante de suas trajetórias. Outras famílias desconhecem estas sucessivas migrações, ao contrário da massa de trabalhadores itinerantes, eles conseguiram se fixar por longos períodos nas fazendas da região como parceiros através dos contratos informais, mantendo áreas de cultivo próprio de onde poderia sair boa parte do sustento da família.

No período balizado pela memória do grupo, meados de 1940 e 1960, vigorava no Brasil, a partir de 1943, a legislação trabalhista. Entretanto, a consolidação das Leis de Trabalho, em função da relutância dos proprietários rurais, não se estendeu ao campo, excluindo com isso uma imensa massa de trabalhadores do campo espalhados pelo Brasil¹⁸. Assim, a intervenção do Estado não alcançou boa parte desta camada da população. Com o afastamento do poder público da

¹⁸ GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho. Uma história contada e vivida*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: [<http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1699.pdf>]. Acesso em 15 de março 2011.



normatização e fiscalização dos contratos rurais, ficou a cargo dos proprietários elaborarem a política que passaria a administrar a redefinição das relações de trabalho no campo. Assim, a memória das jornadas de trabalho como demasiadamente longas, remunerações insuficientes e abusos por parte dos patrões, são traços que unem os depoimentos desses “itinerantes”.

Torna-se importante mencionar que para essas famílias itinerantes um contrato de trabalho, ainda que informal, poderia ser sinônimo de estabilidade. Em suas expectativas, ter uma casa, um pedaço de terra para poder plantar, significava a realização do que Mattos e Rios chamaram de “um projeto camponês de estabilidade e roça”. Desta forma, ao se fixarem como parceiros estáveis se encerraria o período de andarilhagens. Assim, torna-se importante fazer as seguintes perguntas: como eram as relações de trabalho estabelecidas em períodos de itinerância? As famílias conseguiram se fixar via contratos de trabalho? Os contratos atingiram as expectativas e realmente foram sinônimos de estabilidade para os descendentes de escravos de Rincão dos Caixões? Até que ponto as famílias que se fixavam via contratos informais de trabalho se diferenciavam da massa de trabalhadores itinerantes?

O trabalho em parceria perpassa a memória de algumas famílias. Desta forma torna-se necessário, ainda que correndo o risco de cometer alguns equívocos, tentar, a partir destas memórias, definir os termos deste tipo de trabalho. A parceria ou “sociedade” é uma relação de exploração da terra que, em princípio, parece estável, um acordo entre proprietários de terra e trabalhadores despossuídos de terra, tornando-os respectivamente parceiro-proprietário e parceiro-trabalhador. A partir de um contrato informal “de boca”, como eles dizem, o parceiro-proprietário cede uma área para o parceiro-trabalhador se instalar e cultivar uma roça familiar. Em alguns casos, como o de Valentin, ficava acordado que o proprietário também daria as sementes que seriam utilizadas nessa roça, que geralmente era uma “borda” de terra, área menos produtiva da propriedade. O trabalho nesta roça familiar deveria ser feito apenas nas horas de folga e, de tudo que se colhesse neste território, metade seria do parceiro-proprietário. Dever-se-ia, como eles falam, ser retirada a “meia”.

Ao parceiro-trabalhador cabia o trabalho na lavoura da fazenda, nas terras do parceiro-proprietário, em horários determinados que poderiam aumentar ou diminuir conforme a época. Esse trabalho deveria ser remunerado pelo parceiro-proprietário. Desta forma, ser um parceiro-trabalhador poderia significar a combinação entre o valor que receberia pelo trabalho na lavoura e a produção de alimentos nas pequenas áreas de plantio familiar. Esta produção, depois de retirada a



“meia” do proprietário, poderia ser consumida, vendida ou trocada por bens materiais. Assim, o sustento e a prosperidade da família viriam desta combinação entre moradia, dinheiro e alimento.

Para o proprietário¹⁹, a “sociedade” ou “parceria” poderia ter outros significados. De um modo geral, o sócio-proprietário já explora a área mais produtiva da fazenda através do trabalho de “parceiros” ou “peões”, conseguindo extrair o máximo de cada palmo produtivo da terra. Desta forma, a “meia” retirada das “bordas” de terra é uma renda excedente. Há, assim, uma dupla geração de renda: um lucro que é resultado da exploração do trabalho de outro na parte mais produtiva da fazenda e outro na área familiar. Assim, não importava o dia ou horário (23h ou domingo), o parceiro-trabalhador, se estivesse lidando com a terra, sempre geraria lucro ao parceiro-proprietário.

Assim, ter uma roça, plantar, alimentar a família, negociar o excedente, adquirir bens materiais e prosperar, foram os objetivos perseguidos pela família pesquisada. Mas no meio do caminho para concretização deste projeto havia uma trama de negociações, acordos e conflitos. É esta trama de acontecimentos que tentaremos, ao menos, parcialmente desvendar. A partir da narrativa de Valentin²⁰ e de sua esposa Almeri, tentaremos evidenciar como esses contratos funcionavam no dia a dia, para assim responder as perguntas que norteiam este texto. Começaremos com as lembranças de Valentin, recordações acerca das experiências de seus pais como “parceiros” ou “sócios” na localidade de Tabajara, após a primeira saída do Sítio Novo Linha/Fão, na qual eles ficaram 15 anos trabalhando para um mesmo proprietário, chamado João Carvalho. Inicialmente são descritas as formas de remuneração:

Maria do Carmo: E os seus pais trabalharam 15 anos para ele? E como é que era a remuneração, Sr. Valentin, o dinheiro?

Valentin: Há não! Esse aí, naquela época, eu já digo, a gente trabalhava quase a troco da comida. Trabalhava um dia por um quilo de banha é, um dia como agora né, supor agora né, trabalhava um dia por um quilo de banha.

Almeri: Começava antes do sol sair e largava no escurecer para ganhar um quilo de banha. Já digo que um quilo de banha não dá um baldinho daquele lá [apontando para um pequeno balde pendurado na parede], acho que nem chega num baldinho daquele lá.

Maria do Carmo: E que horas vocês começavam a trabalhar?

Valentin: No verão umas 7 horas e largava as seis, seis e meia

Maria do Carmo: Para ganhar um quilo de banha, dinheiro mesmo não?

¹⁹ Não foi possível entrevistar os descendentes destes proprietários, desta forma os significados são conjecturas baseados nas narrativas dos descendentes dos trabalhadores.

²⁰ Entrevista com Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12/11/2011 a Maria do Carmo M. Aguilar. Valentin tem 65 anos é casado com Almeri, filha de Erocilda. Ele é oriundo do Sítio Novo/ Linha Fão. Aos 14 anos ele e seus pais saem do Sítio para irem morar de “sócios” nas terras de João Carvalho no município de Tabajara.



Valentin: Dinheiro mesmo era troquinho, isso aí já digo, naquela época não é igual hoje né, por exemplo, a gente vai trabalhar um dia, já digo, um dia dá pra comprar quase uma lata de banha, compreende? E naquela época a gente trabalhava um dia por um quilo de banha.

Na sequência, é relatado o tipo de trabalho realizado pela família. Ressaltamos que na emergência destas memórias, requer contínuos “reforços” da parte do pesquisador, uma vez que se trata de “memórias subterrâneas”. Conforme Pollak²¹, memórias subterrâneas são aquelas memórias reprimidas, silenciadas e que se mantêm vivas a espera de um momento propício para emergir e reivindicar o (re)conhecimento. Estas memórias, portanto, podem ou não tornarem-se visíveis. Voltemos ao tipo de trabalho realizado na propriedade rural:

Valentin: Bueno! Isso aí era roçar, carpir, lavar, boi né, não tinha escolha de serviço é...

Maria do Carmo: E vocês iam tudo junto com seus pais, ou ficavam em casa?

Valentin: ficava minha irmã mais nova, ficava em casa, mas os mais, já digo, que dava pra trabalhar ia tudo.

Maria do Carmo: E a mãe ficava em casa?

Valentin: Ia junto, e ela fazia o mesmo serviço, carpir, colher o produto né, fazia o mesmo serviço.

Maria do Carmo: E o dono da fazenda?

Valentin: O dono da fazenda plantava separado né, então ele dava um pedaço pra plantar e lá a gente que se virasse né.

Maria do Carmo: ele dava mais alguma coisa?

Valentin: Não, já digo, dava só boi e arado.

Maria do Carmo: semente ele não dava?

Valentin: semente ele dava.

Maria do Carmo: Daí vocês plantavam colhiam?

Valentin: E dava a metade, por exemplo, colhia duas carroçadas de milho uma a gente ficava e a outra dava pra ele.

Desta forma, o que lhes sobravam, depois de retirada a parte do proprietário e somado o que recebiam com o trabalho por jornadas, era o suficiente apenas para a sobrevivência da família. Nos 15 anos em que perseguiram o “projeto” de estabilidade e autonomia, eles trabalharam durante a semana para João Carvalho e nas horas de folga em roça própria, sendo que em tempo de colheita estas horas de folga desapareciam. Os “parceiros”/“peões” trabalhavam na lavoura até o término da colheita, comprometendo as horas de folga. Remuneração insuficiente e dificuldades em obter o sustento da família, são evidenciados no relato abaixo:

Valentin: Olha! [pausa na fala] Era sacrificado viu, às vezes quando colhia um ano bom de planta dava, agora quando dava um ano ruim que não dava planta, não sobrava nem pra comprar uma muda de roupa, não sobrava nem pra comprar, já digo, um calçado, uma muda de roupa no final da safra, daí tinha que segurar o que deu pra esse aqui né [gesto de alimentação com as mãos] e assim mesmo não chegava [...] os véio trabalhava diário, trabalhava a moda das formigas, trabalhavam de dia pra trazer legumes pra criar nós.

Maria do Carmo: Vocês já passaram fome lá Sr. Valentin?

²¹ POLLAK, Michel. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n 3, pp. 3-15.



Valentin: [suspiro] olha, algumas vezes, mas sempre, não era comida boa, mas para para encher a barriga sempre os véio traziam, traziam a moda de passarinho né [risos]. [...]. O que sobrava era só pra comida, a família era grande se colhia um saco de feijão, ao invés da pessoa ficar com o saco de feijão, tinha que ficar com meio.

À medida que Valentin relatava a experiência de sua família como parceiros estáveis na propriedade de João Carvalho, se revelava um passado, cujo ritmo de trabalho era fatigante, com intermináveis jornadas e de pouco retorno. A família de Valentin tinha um preço muito alto a pagar por esta relativa autonomia. O sonho de realização do “projeto camponês” custou caro, logo eles descobriram que ser “parceiros” não garantiria o sustento da família. Como relembra Valentin, “ele [referindo-se ao parceiro-proprietário] dava um pedaço pra plantar e lá a gente que se virasse né”. A família “tinha” um pedaço de terra, sementes e braços para fazer o plantio. Deveria cuidar da plantação e, após o devido tempo, fazer a colheita, mas, faltavam-lhes recursos que garantiriam a subsistência da família durante o tempo de espera, período em que a semente plantada se transformaria em alimento. Ter uma roça, em princípio, garantia o sustento e, quem sabe, a prosperidade em médio e longo prazo. Mas como alimentar a família de imediato?

Poderia haver nesta falta de auxílio às famílias, um elemento de coação por parte do proprietário. Ceder a terra sem nenhum tipo de auxílio ou de infraestrutura para plantá-la, parece-nos uma estratégia de João Carvalho. Ao negar apoio às famílias, ele frustra qualquer possibilidade de produção autônoma na terra. Diante desta inviabilidade de obter a subsistência e a relativa autonomia por meio da roça, a família se vê obrigada a oferecer sua força de trabalho ao proprietário. Assim, João Carvalho determinou que a família prestasse serviços na área principal da propriedade durante a semana, e que trabalhasse na “roça própria” apenas aos finais de semana, sendo que a metade de tudo que a família produzisse, deveria ser entregue a ele.

Toda renda adquirida por meio do trabalho por jornada ou, como eles dizem, de “peão”, seria destinada ao sustento da família. E podemos conjecturar que eles pensaram em deixar o trabalho por jornadas quando a roça começasse a dar frutos e se dedicarem exclusivamente ao trabalho em “suas” terras. Porém, os alimentos extraídos da roça nunca foram em abundância suficiente para que eles entregassem a “meia” do proprietário e negociassem o excedente, ou ainda, investissem no próximo plantio, para com isso prosperar e deixar de trabalhar como “peões”. O relato abaixo evidencia a divisão entre os dias em que eles deveriam trabalhar para João Carvalho e na “roça própria”:



Maria do Carmo: E nesse tempo que vocês trabalhavam na terra dele, essa lata, o quilo de banha era para trabalhar esse dia inteiro na terra dele?

Valentin: É!!! [pausa na fala] trabalhava um dia por um quilo de banha [...]

Almeri: Mais repartia a semana, ele trabalhava na semana de peão pro patrão, e final de semana pra ele. E daí não tinha, se não trabalhasse de peão, já digo, por um quilo de banha não tinha como ter pra se sustentar pra fazer o serviço em casa, então tinha que trabalhar pra fora e trabalhar pra comprar as coisa pra comer.

Maria do Carmo: Tá! Mas como mesmo que vocês dividiam isso, durante a semana para o fazendeiro e no final de semana pra vocês?

Valentin: É, pra nós, fim de semana pra nós²².

A família trabalhava durante a semana para o proprietário e aos finais de semana plantavam para si. Se levarmos em conta que o plantio na roça própria também era oneroso, que a família ficava apenas com parte dos alimentos colhidos, podemos afirmar tratar-se quase de um prolongamento do trabalho exercido no decorrer da semana. Mas, esta situação, dependendo da época, poderia piorar, como veremos a seguir. Desta forma, se até mesmo aos finais de semana a família trabalhava, quando seus membros descansavam?

Valentin: Era só quando chovia, né! [pausa na fala] Quando chovia, e assim mesmo quando era época de plantar fumo, quando chovia tinha que plantar fumo, e no inverno daí quando chovia invés de tá descansando tinha que tá atando fumo né. Então era sempre, sempre. Como agora, [referindo-se ao final da primavera, final do mês de novembro] que já vem a época do verão já vinha a colheita de feijão, e ali daí a, a pessoa nunca, já digo, nunca descansava, nunca aliviava o serviço, compreende²³.

Neste ínterim, descansar apenas nos dias de chuva se conforma como uma situação penosa que se agravava em épocas do plantio de fumo, uma vez que nem todas as etapas desta cultura dependem do clima. A tarefa de amarrar as folhas de fumo é realizada nos galpões. Com isso, na propriedade de João Carvalho, os dias de chuva eram utilizados para amarrar o fumo produzido, e assim, em épocas de colheita, a família de Valentin tinha suas horas de descanso comprometidas. Em meados de 1975, com a morte de João Oscar, pai de Valentin, a “parceria” se desfaz e eles saem da propriedade de João Carvalho e levam consigo tudo o que conseguiram adquirir com o trabalho em “parceria” e de “peão”, como relembra Valentin: “Saímos com os caquinhos que nós tínhamos, cama, um fogão velho, uns bancos, cadeira nós não tínhamos. Não adianta a gente dizer que tinha, o que a gente não tinha né. Daí a gente saiu dali e fomos morar daí eu fiz uma casa de capim daí fomo morar eu a finada mãe e meus dois irmão mais novo”²⁴.

Desta forma, quando nos aprofundamos na narrativa dos quilombolas de Rincão dos Caixões que trabalharam como “parceiros”, se descortinam a nossa frente às lembranças de um período de

²² Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12/11/ 2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

²³ Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12/11/ 2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

²⁴ Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12/11/ 2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.



muito trabalho e de pouquíssimo retorno. Podemos conjecturar, ainda, que no momento da divisão entre os parceiros, a “meia” do fazendeiro seria a melhor parte da colheita. À família, restava a parte menos interessante, de acordo com a vontade do dono da terra. Erocilda, recordando os momentos passados em sua trajetória “itinerante”, deixa transparecer a ocorrência de divisões desiguais da colheita, pautadas, sobretudo, em uma relação vertical de poder e exploração da mão de obra, na qual o proprietário, por algumas vezes, ficava com tudo o que foi produzido.

Eu sei o que foi o sacrifício na minha vida e viver pelo mundo trabalhando para os outros e dando lucro para os outros, trabalhando de porcentagem e agregado dos outros, enquanto... [...] eu trabalhava direto para os outros, pra dá renda para os outros, não pra mim, colhia três sacos de feijão e tinha que dá dois para o patrão e ficar com um e às vezes passavam e mão e me davam, naquele tempo usavam muito vestido, me davam um vestido e o resto ficavam²⁵.

Assim, a categoria plantar em “sócio” ou em “sociedade”, recorrente na memória das relações de trabalho do grupo, é percebida por eles como tentativas de aprisionamento do trabalho quase aos moldes do cativo, traduzidas em frases como “era o tempo, bem dizer, dos escravos”²⁶. Almeri e Valentin, tomados por memórias de suas experiências como “itinerantes”, relembram as relações de trabalho com remunerações insuficientes ou inexistentes e fazem o exercício de, a partir de suas experiências, conjecturarem como foram as relações de trabalho que regulavam os corpos de seus pais:

Valentin: É... Trabalhavam e davam o que queriam, ainda quando pagavam, davam o que queriam.

Almeri: Bom, eu acho que no tempo, no tempo... A gente... Da idade da gente pra idade deles, faço ideia do que sofreram, por causa que nós, na nossa idade, nós já trabalhamos, como eu, ele, já trabalhava por dia, nós trabalhava um dia na enxada pra ganhar um quilo de banha.

Almeri: É, isso, imagina lá naquela época, né. Porque nós trabalhamos por um quilo... Trabalhava um dia na roça aí, qualquer serviço, tanto faz carpir, quanto quebrar milho, qualquer tipo de serviço por um quilo de banha.

Valentin: Um dia por um quilo de banha

Almeri: Trabalhava um dia pra ganhar um quilo de banha, nós já trabalhamos assim. Que dirá na época deles, né?²⁷

O relato de Erocilda revela um pouco mais destes acordos verbais:

Erocilda: Se eu plantasse aí um saco de feijão na terra do (Bolonho?) ali, né, plantava em “sócia”, se colhia cinco sacos, eu tinha um saco e meio só, o resto era do dono da terra, né, e trabalhava assim,... Saía dali ia pra outro, saía dali pra outro, né, até que eu cheguei aqui e aqui eu “despalanquei”... a gente plantar uma lavoura aí, de “sócia”, não íamos longe²⁸.

²⁵ Entrevista com Erocilda dos Santos, em 19/04/2008, por Cristian Salaini e Vinicius P. de Oliveira. Grifos nossos.

²⁶ Entrevista realizada com Gino, em 26/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

²⁷ Entrevista realizada com Valentin Fernandes e Almeri dos Santos, em 19/04/2008, por Maria do Carmo Aguilar.

²⁸ Entrevista realizada com Erocilda dos Santos, em 19/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.



Atentando para as memórias acima transcritas, podemos vislumbrar, ainda que parcialmente, como se estabeleciam as remunerações pelos trabalhos prestados. No relato de Erocilda, por uma colheita inteira, poderia receber apenas um vestido. Sebastião trabalhou cinco anos em uma fazenda e, através da prática de endividamento do salário, saiu de lá devendo dez anos de trabalho. Gino²⁹, filho de Erocilda, é uma voz contundente quando exclama que seu pai “trabalhava um dia por um quilo de banha, um quilo de banha... Um quilo de banha, o que dá um quilo de banha aí pro... Pros outros, pra tratar 5, 6”. Remunerações não monetárias são lembranças constantes nas entrevistas, mas o que levava os proprietários a utilizarem a banha como forma de pagamento pela mão de obra dos trabalhadores?

A produção da “banha” no Estado esteve presente desde a colonização. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a suinocultura sempre foi uma atividade integrada à agropecuária no Planalto Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul³⁰. A banha estava presente em grande parte das propriedades rurais, utilizada para o consumo e comercialização do excedente. E o aumento e a proliferação da produção impactaram diretamente na concretização dos projetos das famílias em suas trajetórias itinerantes.

Outros víveres alimentícios produzidos nas propriedades também foram utilizados como forma de pagamento. Almeri relembra que em meados da década de 1960, época em que seu pai Altidor trabalhava na categoria de agregado na propriedade de Alexandre, sua irmã mais velha prestou serviços de doméstica para a família. Alexandre era criador de gado e proprietário de um açougue e, pelo dia de trabalho em sua casa, entregou a irmã de Almeri partes não comercializáveis do gado abatido no açougue, um litro de leite e ovos, produzidos no próprio local a baixo custo. Para as famílias negras, o que significava receber em víveres alimentícios? Será que um kg de banha era remuneração suficiente por uma jornada de trabalho? Em uma região abastecedora do mercado regional e nacional, como as famílias utilizavam a banha recebida? As lembranças desse tipo de remuneração pelos membros do grupo deixa transparecer a insuficiência das mesmas. Como relata Almeri:

[...] minha Irmã que trabalhava lá, trabalhava um dia e chegava de tardezinha e ela [referindo-se a esposa de Alexandre] dava uma garrafa de leite, uma garrafa de leite pra ela levar embora, dois ovos e um garrão assim,

²⁹ Entrevista concedida por Gino dos Santos, em 26/04/2008, a Cristian Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

³⁰ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). *Produção de suínos*. Disponível em: [http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Suinos/SPSuinos/index.html]. Acesso em 12/07/ 2011.



que eles eram açougueiros, carneavam gado sabe. Ela agarrava essa junta aqui da criação, essa aqui olha [apontando para o seu joelho], que eles pegam e botam fora [...] queriam fazer a gente de escravo³¹.

As narrativas do grupo pesquisado deixam clara a grande defasagem existente entre o que era lucrado pelo proprietário e o que era recebido pelos trabalhadores. Para os itinerantes e “parceiros” receber em víveres, sobretudo em pequenas porções, inviabilizava qualquer pretensão de guardar recursos para aquisição de terra, objetivo perseguido por todas as famílias. O destino desses víveres alimentícios era o consumo próprio, entretanto, ainda que não os consumissem, onde eles venderiam 1 kg de feijão, de farinha ou um litro de banha, em uma região onde a produção destes víveres é generalizada³²?

Ainda discutindo sob o ponto de vista de quem recebe, cabe uma última pergunta: o que levava estas famílias a se lançarem em jornadas infindáveis de trabalho por víveres alimentícios produzidos localmente? Há de se levar em conta, que estamos lidando com uma relação vertical de poder, que coloca numa extremidade o proprietário da terra e dos meios de produção e, na outra, essa massa de trabalhadores negros despossuídos de terra. É uma relação assentada em bases hierárquicas que, apesar das tentativas de embaçá-las, sobretudo no trabalho em “parceria”, torna-se visível na memória e fala das famílias negras. Assim, não podemos negligenciar os variados graus de constrangimentos a que estas famílias estavam expostas ao ocuparem as terras destes proprietários. Os itinerantes estavam cientes da opressão imposta nos “contratos”, porém, as alternativas naquele momento eram escassas e eles tiveram que se submeter a essas condições até encontrarem alguma oportunidade de mudança, tal como a obtida por Altidor, que veremos a seguir.

Voltando a família de Valentin, ela não conseguiu prosperar com o trabalho em “sua” roça, pois o que retirava era suficiente apenas para a subsistência. Um ritmo de trabalho fatigante, com extensas jornadas, uma remuneração insuficiente e, em muitas vezes, não monetária, vivendo nos limites da sobrevivência. Essas definições, utilizadas por nós para caracterizar os “parceiros”, também poderiam indicar as experiências da massa itinerante. Então o que diferenciava os “parceiros” dos itinerantes?

Ter um lugar fixo, uma “casa”, e com isso não precisar “andar vagando no mundo”, é a única característica que distingue esses atores sociais. Porém, no decorrer do texto nos deparamos

³¹ Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12/11/2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

³² Os únicos relatos que mencionam a compra de propriedades foram narrados apenas por duas famílias residentes na comunidade de Júlio Borges, como veremos mais adiante.



com situações em que essa distinção também desaparece. Deixemos agora a trajetória dos “parceiros” e passamos a adentrar na memória daqueles que trabalhavam de “agregado”.

Altidor trabalhava por jornadas, empreitadas, e inicialmente foi “contratado” por Alexandre (proprietário da região, vizinho de João Carvalho) para o serviço de derrubada de matas, limpeza da área e plantio de novas roças. Com o tempo, Altidor passaria a ser seu agregado. Como já mencionado, há diferenças entre as categorias de trabalho em que essa massa de trabalhadores negros rurais estava exposta. Assim, a situação de Altidor se diferencia da família de Valentin. Agregar-se numa propriedade poderia significar ter um lugar fixo, ter uma morada, como eles dizem, para criar os filhos ou até enquanto durasse o acordo. A família de Valentin também tinha uma moradia fixa, porém eles eram “parceiros”, categoria de trabalho diferente de “agregado”.

Altidor, enquanto agregado, poderia morar na propriedade em área determinada. Alexandre cedeu uma área nas margens do rio Caixões, onde Altidor construiu um “acampamento”, um “beira chão” para ele e seus quatro filhos. O agregado também poderia, dependendo do acordo, ter uma área para plantio próprio. Nas pegadas da memória de sua filha Almeri, não fica claro se Altidor poderia plantar para si em alguma área da propriedade, mas sabemos que ele não plantava. Podemos pensar que ele não teve tal permissão, uma vez que o plantio, ainda que apenas para subsistência, significaria mais alimentos. Por outro lado, também podemos imaginar que ele teve permissão de plantar em alguma “borda” de terra, porém não conseguia o tempo necessário para o plantio, os cuidados necessários e a colheita, uma vez que seu tempo era, em boa parte, tomado pelas jornadas de trabalho.

O aspecto fundamental, que diferenciava os agregados dos “parceiros” era a forma de trabalho desenvolvida pelos agregados, que poderia ser por tarefa. Quando terminada ou, em período que não estavam desenvolvendo nenhuma atividade para o proprietário, poderiam trabalhar para outros fazendeiros. Altidor trabalhava por dia e sempre trabalhou para mais de um fazendeiro: quando não estava desenvolvendo alguma tarefa para Alexandre, saía pela região oferecendo mão de obra. Desta forma, ser agregado possibilitaria uma “relativa liberdade” de buscar trabalhos mais rentáveis, sem que para isso tivessem que abandonar a propriedade onde haviam se fixado.

Embarcaremos agora na narrativa de Almeri³³, de 60 anos, para tentarmos conjecturar, a partir de resquícios de memória, alguns aspectos da vida de um agregado. Ela, inicialmente, relata

³³ Em meados de 1957, com 6 anos de idade Almeri parte do Sítio Novo/Linha Fão com mais 2 irmãos, andaram meio dia até chegar na fazenda de Alexandre onde permaneceriam por uns 04 anos. De acordo com Almeri, em um momento



como ocorreu o deslocamento do Sítio para a propriedade onde o casal iria trabalhar e a separação do casal, em momento posterior.

Almeri: Eu nasci no Sítio, e aí, depois saímos de lá, a mãe saiu do Sítio e fomos morar na Tabajara, [...] morava na terra do finado Alexandre na Tabajara [...]. E a mãe foi com o pai com uma trouxa nas costas, nem de carroça não foi, [falando para se diferenciar do Sr. Valentin cuja família saiu do Sítio de carroça] era nas costas, Atava um lençol assim e carregava as mudanças, [...] nos éramos pequeninhos assim.

Depois a mãe se separou do finado pai e nós ficamos morando com pai, moramos muitos anos só com o finado pai. [...] daí fez uma casinha, um beira chão na costa do rio [...] e a gente acampou ali debaixo e o finado pai trabalhava em roda daquele beira chão derrubava, fazia roça trabalhava [...] era um acampamento, era nas terras do Alexandre.

Maria do Carmo: Onde seu pai acampou era do Alexandre? Mas não tinha casa? Almeri: Não, finado pai fez um acampamento lá de tabuinha e nós acampamos e ficamos muito tempo lá³⁴.

Altidor não contava com o apoio de uma parceira. Ter uma esposa, no caso dos pais de Valentin, significou um braço a mais para dividir as tarefas, aumentar a renda. Altidor não pode contar, ao menos não naquele momento, com a ajuda de Erocilda. Nos trabalhos em “sociedade”, nas empreitadas ou jornadas dos itinerantes, todos os membros da família desempenhavam papel importante: homens, mulheres, crianças a partir de certa idade³⁵ e os mais velhos participavam do trabalho. O tipo de trabalho desenvolvido por esta família era parecido com a de Valentin. A diferença estava no tipo de contrato estabelecido entre os proprietários e as famílias. Altidor também trabalhava na terra, “lavrava, pegava empreitada de lavrar, trabalhava por dia” e, a remuneração, como recorda Almeri:

Era mixaria, deus o livre era mixaria, trabalhava por dia, a base de um dia por um quilo de feijão, de banha. Bom, eu, essa minha irmã que trabalhava lá, trabalhava um dia e chegava de tardezinha e ela [referindo-se a esposa de Alexandre] dava uma garrafa de leite, uma garrafa de leite pra ela levar embora, dois ovos e um garrão assim, que eles eram açougueiros, carneava gado sabe. Ela agarrava essa junta aqui da criação, essa aqui olha [apontando para o seu joelho], que eles pegam e botam fora [Maria do Carmo: o joelho?] agarrava e dava pra ela levar embora [Maria do Carmo: ela trabalhava o dia inteiro e ganhava dois ovos?] e uma garrafa de leite e um osso desse, um joelho³⁶.

Os termos do contrato verbal eram mais vantajosos para Alexandre. Por outro lado, a situação da família de Altidor era tão precária, que ele precisava acumular várias ocupações para alimentar seus filhos. Desta forma, além de trabalhar para Alexandre, ele ainda trabalhava de “peão” nas fazendas da região. Almeri relata que seu pai vagava pelas fazendas em busca de ocupação. Como aponta o relato abaixo:

impreciso, Erocilda e Altidor se separam, ela volta para o Sítio Novo/linha Fão e Altidor permanece na fazenda com os filhos. Entrevista concedida por Almeri Xavier dos Santos a Maria do Carmo M. Aguiar em 12 de Novembro de 2011.

³⁴Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12/11/2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

³⁵ Almeri relembra que suas andarilhagens iniciaram aos 12 anos.

³⁶Entrevista concedida por Valentin da Silva e Almeri Fernandes em 12/11/2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.



[...] aí o finado pai foi foi desacorçoo e saia a trabalhar no mundo, pra fora, pros outros, pra fora, onde aparecia serviço ele ia trabalhar. Daí ele saia e trabalhava, quando aparecia um serviço que ele ganhava mais sabe, que era melhor o ganho ele ia trabalhar [Maria do Carmo: mas morando lá no Alexandre?] daí ele foi foi que nós saímos de lá que não dava mais. [...] Até pra Cachoeira uma vez ele foi trabalhar por dia no corte de arroz ele foi. Trabalho por dia, [pausa na fala] levava os lotes de gente pra trabalhar, e daí ele ia trabalhar, ele tinha quem cuidava nós, e daí ele saia pra longe trabalhar. [...] eles vinham aqui e tratavam o preço e levava, lembra que até o finado moreno ia? [perguntando ao Sr. Valentin que acompanhava a entrevista]. Ia bastante gente pra lá, trabalhava as vezes uma semana, um mês e quando vinha vinha com dinheiro por quer ganhava um pouco mais³⁷.

Após quatro anos de trabalho na propriedade de Alexandre, a família decide migrar em busca por melhores condições de trabalho e de vida. O tratamento a eles dispensado havia extrapolado o que Altidor tinha traçado como aceitável. Assim, Almeri justifica a saída dizendo que:

Não dava mais [para ficar], queriam fazer a gente de escravo, queriam que a gente trabalhasse de graça pra eles. Só queriam que trabalhasse mais pagar que era bom não queriam [Maria do Carmo: o seu pai, eles não estavam pagando seu pai mais?] hum hum [gesto de negação com a cabeça]. [...] Não tinha, [contrato de trabalho] era tudo frio, no tempo que trabalhavam, no tempo dos escravos, por que isso aí era uma escravidão, por que tinha que trabalhar bem dizer, de graça pros outros³⁸.

As experiências vividas por Altidor, com toda a dramaticidade de quem só tem a força de trabalho a oferecer, não se enquadra no que Mattos e Rios denominaram como um *campesinato negro itinerante*, pois o mesmo tinha uma “casa” e, provavelmente, uma área que poderia plantar. Tudo levaria a crer que ele se estabilizaria a partir de um contrato “de boca”, passando de agregado a “parceiro” estável, se mostrando como um contraponto a este *campesinato itinerante*, segundo as autoras³⁹. Porém, ao penetrar nos emaranhados da memória de sua trajetória, percebemos que ter uma casa e, talvez uma área para plantar, não garantiu a realização da almejada estabilidade. Assim, se abre outra via para pensar as trajetórias dessa família negra. Ela tem características da massa de trabalhadores itinerantes, uma vez que Altidor andava pela região oferecendo mão de obra, vivendo com condições instáveis de trabalho. Mas, Altidor residia no interior de uma fazenda e prestava serviços ao proprietário, o que o distancia dos itinerantes, e o configura como membro de uma família de agregados.

Lançando olhares para outros familiares

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

³⁹ Mattos e Rios, não deixam de evidenciar os episódios de violência, e a fragilidade desses contratos, porém esses parceiros, mesmo com as adversidades conseguiram se territorializar, plantar nas áreas cedidas pelos proprietários e assim exercer certa autonomia, se estabilizarem.



O quilombo de Júlio Borges está localizado no município de Salto do Jacuí, situado a aproximadamente 08 quilômetros de Rincão dos Caixões. Nesta comunidade residem em torno de 30 famílias em uma área de aproximadamente 10.000 hectares. Assim como Rincão dos Caixões, Júlio Borges se constituiu a partir da expropriação territorial ocorrida no Sítio Novo/Linha Fão. De acordo com seus moradores, as terras onde atualmente está situada a comunidade já foi uma fazenda pertencente a Júlio Borges. Com a morte de Borges, a fazenda teria sido fracionada e vendida em pequenos terrenos pelos herdeiros.

Segundo relatos, dois desses terrenos foram adquiridos através de compra pelas famílias negras que já habitavam o local. O restante da área do território foi doado por um vereador do Município de Tabajara. Assim, o quilombo de Júlio Borges foi constituído, a partir da doação e compra de pequenos terrenos. Como aponta Emilio e Neuci, ambos moradores da comunidade:

Maria do Carmo: Então aqui é diferente lá do Rincão e do Sítio né? Por que o Sítio foi doado aquele pedaço, e no Rincão também, e aqui vocês foram comprando um do lado do outro.

Neuci: Não! Os terrenos, a maioria são doados, tem um vereador de Tabajara ali que doou.

Emílio: Não! Sim aqui tem uns quantos que é doado, só que o meu lá eu comprei, [Maria do Carmo: então os primeiros foram comprados?], [?] Neuci: trabalhando de sócio, em sociedade, e depois que foram conseguindo um terreninho, mas a maioria é dado ⁴⁰.

Emilio tem 60 anos e é morador do quilombo Júlio Borges, mudou-se para este território em meados da década de 1970. Ele, seu pai e irmãos saíram do Sítio Novo/Linha Fão devido ao pouco espaço e à falta de infra-estrutura necessária para o plantio e para a colheita:

Maria do Carmo: E do Sítio vocês foram pra qual cidade?

Emilio: Daí eu me casei, me afamilhei e daí que eu vim pra cá, trabalhando de peão aqui e ali.

Maria do Carmo: Então o Sr. não veio pra cá com o seu pai, veio depois que se casou?

Emilio: Não, eu trouxe o pai. Eu quando vim pra cá trouxe o pai junto pra morar comigo.

Maria do Carmo: Mas antes do Sr. trazer, do Sr. casar pra onde é que vocês foram, quando saíram lá do Sítio?

Emilio: ele sempre ficou morando lá, depois que nós viemos de lá e que nós viemos aqui pra Júlio Borges ⁴¹.

Inicialmente, Emilio fez parte de uma massa itinerante de trabalhadores negros. Durante um período impreciso de tempo, Emilio vagou pela região a procura de ocupação, trabalhando em várias propriedades. O trabalho sempre esteve ligado à agricultura e, a modalidade, era a de “parceria”:

[...] trabalhava de peão, trabalhando pra um pra outro. Morava um pouco aqui um pouco ali. Eu me mudei varias vezes, a gente não tem onde morar e o que fazia uma proposta melhor a gente vai sempre plantando de “súcia” assim como ela falou, a mesma coisa, no mesmo sentido repartindo sempre pelo meio ⁴².

⁴⁰ Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes à Maria do Carmo Moreira Aguiar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.

⁴¹ Ibid.

⁴² Ibid.



A rotina de trabalho da família é parecida com as já mencionadas. Emilio trabalhava por jornadas ou de “peão”, e tinha a permissão de plantar em áreas menos produtivas da propriedade: nas bordas ou beiradas de terra. Durante a semana, ele exercia diversas tarefas: derrubada de mata, limpeza, preparo da terra, plantio e colheita. O serviço era pesado e, em muitas vezes, feito manualmente. Aos finais de semana ou quando não havia serviço na fazenda, todos os esforços se voltavam para a roça “própria”. Trabalho de “peão”, roça “própria”, jornadas infundáveis de trabalho, permearam as memórias de outras famílias, mas, o que diferencia as experiências de Emilio e a das famílias do Rincão dos Caixões? Ao embarcamos nos rastros de memória de Emílio, nos deparamos com lembranças de remunerações monetárias. Ele relata que receber em víveres era uma opção da família:

Maria do Carmo: E como é que era a remuneração, o patrão, esse tempo que vocês trabalhavam de segunda a sexta ele pagava em dinheiro?

Emilio: É pagava em dinheiro [...] muitas vezes dependia muito da nossa necessidade, se precisava do dinheiro pegava o dinheiro, se precisava de gasto, daí pegava gasto. Gasto é, por exemplo, pegar banha, um feijão uma farinha um arroz então a gente pegava em gasto.⁴³

Para os moradores de Rincão dos Caixões não havia possibilidade de escolha da forma de pagamento. Sabendo dessa realidade, Emilio afirma que boa parte das famílias que trabalhavam nas propriedades vizinhas recebia de forma não monetária. O pagamento feito em latas de banha, constante nas memórias das famílias do Rincão, também é rememorado por ele. A diferença fundamental entre a família de Emilio e as demais famílias foi a remuneração. Receber em dinheiro pelo trabalho e ter uma roça “própria” possibilitou a alimentação e o acúmulo de pecúlio que após alguns anos foi utilizado na compra do território atualmente ocupado.

Emilio economizava, guardava quase tudo o que ganhava para investimentos futuros. Ele relata que enquanto todos se divertiam ele trabalhava. Segundo ele, foi desta forma, trabalhando durante a semana para o proprietário da fazenda Júlio Borges e em roça própria nos momentos de folga, sem se divertir, enquanto todos se divertiam, que ele prosperou. Fazendo a análise das entrevistas de outras famílias, como de Valentin, Erocilda, encontramos relatos parecidos aos de Emilio. Eles tiveram trajetórias bem semelhantes no que tange as relações de trabalho, com jornadas infundáveis, inclusive aos finais de semana, porém, não conseguiram progredir.

Assim, acreditamos que a diferença entre a existência do poder de compra de terra por Emilio e a impossibilidade das outras famílias de adquirir um território, reside, principalmente, na

⁴³ Ibid.



forma de remuneração. Os outros grupos familiares não poderiam economizar o que ganhavam, uma vez que o pagamento era feito em víveres suficientes apenas para alimentar a família. Recebendo de forma monetária, tirando da “roça própria” parte do sustento e economizando o que recebia, Emílio conseguiu comprar, além do território por ele ocupado, uma junta de boi que é utilizada por meio de rodízio por todos os moradores do quilombo Júlio Borges, um sonho que todos almejavam, mas que apenas duas famílias conseguiram concretizar.

Apesar das lembranças do trabalho na lavoura serem as mais recorrentes, havia famílias que desenvolviam trabalhos fora do âmbito da agricultura. A família de Neuci, por exemplo, trabalhou em regime de porcentagem para Sauro Seurim, dono de uma pedreira no distrito de Vassouras, por aproximadamente, 10 anos. Vassouras está situada na região do Planalto Médio, e nesta região existem rochas de basalto e de minerais, que são utilizados pelas indústrias da construção civil, tanto para revestir paredes como na confecção de pisos, dependendo do tipo da pedra extraída⁴⁴. De acordo com Neuci, o processo de produção estruturado nesta pedreira se dividia em etapas: uma referente à retirada dos blocos de pedra da rocha com o auxílio de uma picareta, em que se trinca a rocha em locais onde há fissuras, sendo inserida uma alavanca ou talhadeira nas fendas, forçando para soltar os pedaços de rocha. A outra consiste na partição da pedra em tamanhos menores: com auxílio de uma marreta, “molda-se” a pedra de acordo com as exigências dos compradores. Os pedaços de rocha, já no formato e tamanho determinado, vão se acumulando e, quando chegavam a um número expressivo, eram retiradas pela família, como aponta Neuci:

Meu pai tirava as pedras, e nós puxávamos as pedras num galão, um galão desses de veneno, de pedra e puxava nas costas longe olha, fazia aquela tábua de 2, 3 metros de profundidade e ali, nós éramos umas crianças 12,13 anos não era considerado criança, e tinha que fazer as vezes o pai fazia aqueles montes de 10, 11 mil kg de rolinhos e nós puxávamos tudo no ombro no galão⁴⁵.

Para desempenhar este trabalho a família não recebia um valor fixo, pré-acordado com o dono da pedreira e, tão pouco, em víveres como acontecia com os “peões”. O valor recebido era sob forma monetária e dependia da quantidade de pedras que eles conseguiam retirar. Quanto maior o tempo na pedreira e o número de braços trabalhando, maior seria a produção, consequentemente, maior seria a remuneração. Desta forma, toda família participava do trabalho. As jornadas iniciavam ao nascer do sol e terminavam ao anoitecer. Com todo o dia ocupado com o trabalho,

⁴⁴ PEDRON *et al.* Levantamento e classificação de solos em áreas urbanas: importância, limitações e aplicações. In: *Revista Brasileira de Agrociência*, Pelotas, v. 13, n.2, pp. 147-151, abr-jun, 2007.

⁴⁵ Entrevista coletiva concedida por Emilio Marques, Nelson Fernandes, Olivia Pinto Fernandes, Neuci da Silva Santos e Nildo Fernandes à Maria do Carmo Moreira Aguilar, em 12 de novembro de 2011, no quilombo Júlio Borges.



talvez não houvesse tempo disponível para João pensar no ônus que este tipo de atividade traria para a sua saúde e a de seus filhos e o risco cotidiano a que eles estavam expostos. E mesmo que ele pensasse nos riscos, a família estava empenhada em acumular recursos para comprar terra e com isso tentar concretizar o projeto de estabilidade.

Outro ponto que diferencia as experiências desta família e as dos “parceiros” é a divisão do que foi produzido ou retirado da pedreira. Enquanto os “parceiros” dividiam a produção e cada um ficava responsável pelo destino final da sua parte, no trabalho de porcentagem a venda das pedras ficava sob responsabilidade da família, assim como todos os estágios anteriores. O valor arrecadado com a venda era dividido entre a família e Sauro Ceurim, o dono da pedreira.

A família de Neuci trabalhava na pedreira durante a semana. Nos finais de semana eles se dedicavam à agricultura em área cedida pelo proprietário da pedreira. Moradia e espaço para cultivo da roça e a divisão da “meia” com o proprietário, faziam parte do contrato informal. Neste espaço, a família plantava milho, feijão e arroz nas áreas alagadiças. Porém, o plantio era apenas para subsistência e sem muitos recursos. Existia somente o arado, as mãos e a terra. Ter uma roça para plantar foi fundamental para a concretização do projeto da família, uma vez que grande parte da alimentação provinha da roça cultivada nos finais de semana. Desta forma, todo o valor recebido com o trabalho na pedreira era reservado para a compra do terreno. Como relembra Neuci:

Maria do Carmo: E o tipo de pagamento, como era a remuneração do seu pai por esse monte de pedra que seu pai tirava?

Neuci: Ele vendia e daí a metade era pro patrão né, dava a metade pro dono e a outra era dele, pra poder ele comprar esse pedacinho aqui neste lugar que hoje nós moramos [...] foi com o dinheiro das pedras que ele comprou aqui, se não, nem tinha onde morar, só morando nas casas dos outros⁴⁶.

Desta forma, ao analisar partes da trajetória de Emilio e Neuci, verifica-se que são as duas únicas famílias cujas memórias apontam para remunerações monetárias e posteriormente compra de terra. Desse modo, podemos imaginar que receber de forma monetária foi o diferencial nestas trajetórias. Trabalhadores itinerantes e fixos têm muitas semelhanças no que se refere à precariedade das condições de vida. As narrativas de ambos os grupos apontam para uma memória partilhada quanto ao ritmo fatigante de trabalho, à fragilidade desses acordos informais e à precariedade das condições de vida. Desse modo, a existência do poder de compra de terra por essas duas famílias e a ausência pelas demais, pode ser explicado pelo tipo de remuneração por elas recebidas.

⁴⁶ Ibid.



Algumas considerações

As entrevistas revelam um aspecto bastante óbvio: as famílias que tiveram os piores contratos de trabalho, foram exatamente aquelas que viveram as situações mais dramáticas e as condições de vida mais precárias. Frases como “era uma escravidão, por que tinha que trabalhar bem dizer, de graça pros outros”, “queria fazer a gente de escravo”, “bem dizer, era o tempo dos escravos”, recorrentes nas narrativas do grupo, chamam a nossa atenção.

Assim, essa camada da população negra, a partir de arbitrariedades e de um ritmo fatigante de trabalho, associam sua trajetória itinerante com um modo de vida que se assemelha ao experimentado por seus ancestrais no cativeiro, ainda que o período vivenciado por este campesinato fosse posterior à abolição da escravidão. Com base no que vivenciaram ou a partir dos relatos de seus pais ou avós, os integrantes deste campesinato caracterizam o trabalho decorrente da situação itinerante ainda como “escravo”. Desta forma, a impossibilidade ou dificuldade de acesso a terra, somadas com o predomínio de relações de trabalho instáveis, precárias e no mais das vezes violentas, faz com que a condição de “escravo”, na memória desta comunidade, não se restrinja ao período em que a escravidão vigorou institucionalmente. Para os entrevistados “ser escravo” perpassa o cativeiro e acompanha essa camada da população negra, modificando-se, segundo as narrativas, somente após territorialização do grupo.

Nestes períodos de trabalhos sazonais as relações que se estabeleciam no campo eram relações de poder procedentes de um tecido social assentado em bases hierárquicas, em detrimento de outro segmento social despossuído de terras e direitos. Para essa camada itinerante da população rural, que vivia “nos limites da sobrevivência”, o que estava em jogo era a conquista de estabilidade através da posse da terra. E nesta busca por um novo território, emergem trajetórias permeadas por situações de conflitos e uma lógica contratual verbal instável e sempre mais vantajosa para os proprietários.

Cabe salientar que as experiências dos trabalhadores negros rurais, parcialmente reconstituídas neste texto, que revelam as negociações, acordos e embates com os empregadores, se coloca de modo diverso a imagem de um trabalhador rural, atrasado, despreparado, indolente e que segue inconsciente da sua exploração, como postulavam as correntes pós 1930. Estas complexas experiências que reconstituímos neste texto, retratam trabalhadores rurais não atrelados, necessariamente, ao atraso e anomia, elas nos permite visualizar a diversidade e a complexidade da



historia dos trabalhadores que não cabe em modelos pré-definidos. Assim, as experiências, analisadas neste texto, são constitutivas do processo de formação da classe trabalhadora do país.

Para concluir, a partir do que foi analisado nos casos relatados, conforme visto, permeados de lembranças de episódios dramáticos, torna-se importante lembrar que, apesar da subordinação à terra, à casa principal, ao fazendeiro, da relação desigual que resultava em contratos sempre mais vantajosos para os proprietários, eram as famílias negras que decidiam seu próprio destino. Todas as lembranças e rastros de memória nos conduzem ao protagonismo dos agentes estudados. Nas narrativas de Almeri e Valentin, observa-se que seus pais não permitiam que os proprietários os fizessem de “escravos”, ou seja, que utilizassem de sua mão de obra sem tipo algum de remuneração.

É bem verdade que o obtido com o trabalho não fora suficiente e que estas famílias passaram por duras privações, mas Valentin se orgulha do esforço feito por seus pais, trabalhando a “moda das formigas”, para não deixar faltar o essencial à sobrevivência dos filhos. Almeri relembra que em momentos finais do acordo, Altidor não trabalhava mais na propriedade de Alexandre. Jogando com a sua condição de agregado, ele entrava em negociação com os proprietários da região e trabalhava onde era mais bem remunerado. Sem perder de vista os variados graus de coação a que estavam expostas, estas famílias trabalhadoras foram “sujeitos ativos” nos processos vivenciados, construindo suas visões de mundo e agindo com engenhosidade. Desta forma, as saídas sempre são rememoradas por como iniciativa dos pais, tidas como uma ruptura com as precárias condições de trabalho e remunerações insuficientes, tornando-se um exercício de liberdade e o reinício de uma nova caminhada em busca do território.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. In: Revista *Humanidades*, Brasília, UnB, N° 15, 1988, pp. 42-48.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral* Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 149-164



EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.

FRITZ, L. F. F.; MIGUEL, L. de A. 2010, *A importância do Estado na evolução da agricultura no Planalto Médio do Rio Grande do Sul*. Disponível em: [http://64.233.163.132/search?q=cache:RY62I2xUQTkJ:www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/agricultura-sessao1-1.doc]. Acesso em: 11/ 02/2011

GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho*. Uma história contada e vivida. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1699.pdf> acesso em 15 de março 2011.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.

GRINBERG, Keila. "Re-escravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX". In: LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli (org.). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LOBO, Andréa Souza de. *Tão longe, tão perto, Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista. Cabo Verde*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social- Universidade de Brasília, 2006. (Tese de Doutorado) disponível em: [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2968/1/2007_AndreadeSouzaLobo.PDF] - acesso em 10 de julho de 2011.

MATTOS, Hebe Maria, Rios, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Denise A. S. de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas:CMU, 1998.

PEDRON *et al.* Levantamento e classificação de solos em áreas urbanas: importância, limitações e aplicações. In: *Revista Brasileira de Agrociência*, Pelotas, v. 13, n.2, pp. 147-151, abr-jun, 2007.

POLLAK, Michel. 1989. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n 3, p. 3-15.

VANSINA, Jan. *Oral Tradition: a study in historical methodology*. [London]: Penguin Books, 1965.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.